



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 01/2016

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcútem*

*Realizada em 13 de janeiro de 2016*

----- Aos treze dias do mês de janeiro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa, -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente da Câmara interveio para informar da necessidade de inclusão dos seguintes pontos “**PROTOCOLO ENTRE O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VRSA E O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – ESTÁGIO/FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO NA ÁREA DE APOIO À GESTÃO DESPORTIVA**”; “**PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – FÁBIO PEDRO DA ENCARNÇÃO – PORTELA/UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO**”, “**PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – FÁBIO**

PEDRO DA ENCARNÇÃO – PORTELA/UNIÃO DE FREGUESIAS DE  
ALCOUTIM E PEREIRO”, “PEDIDO DE CERTIDÃO DE  
COMPROPRIEDADE – ZEFERINO SIMÃO PEREIRA –  
PORTELA/UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO”, na  
ordem de trabalhos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,  
incluir os referidos pontos, na ordem de trabalhos. -----

----- O presidente da Câmara e respetivos vereadores, em uníssono,  
desejaram um Bom Ano de 2016. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para proferir o seguinte  
discurso que se passa a transcrever: “Em reunião de 14 de outubro questioneei o  
sr Vice-presidente, uma vez que o sr. presidente não esteve presente na reunião  
o porquê das publicações vulgo revistas municipais elaboradas e editadas pelo  
anterior executivo, ainda não se encontrarem no site da Câmara, uma vez que  
foram retiradas durante o vosso mandato, pelo que, o sr Vice-presidente  
informou, e passo a citar “pelo que sei há dificuldades técnicas na colocação das  
revistas na página da câmara”, no entanto, como pude constatar o boletim  
municipal n.º 24 de dezembro de 2015 já se encontra no site, sem que houvesse  
qualquer dificuldade técnica. Pelo que posso depreender a vontade é pouca, seria  
mais honesto da parte da vossas excelências, alegarem que não as pretendem  
colocar no site. Como já referi nesta câmara várias vezes, não há nada nem  
ninguém que apague a história de um povo e felizmente ou infelizmente para vós  
as revistas também fazem parte dessa história”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar o sr. presidente sobre  
o critério utilizado, na nomeação dos membros para a Assembleia de Voto de  
Martim Longo, no que concerne à Eleição do Presidente da República, dado que,  
foi diferenciado das restantes Assembleias/Secções de Voto. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que a freguesia  
de Martim Longo, na Eleição em questão só possuirá uma Assembleia de voto,  
como tal “não poderia usar o critério seguido” com as restantes  
Assembleias/secções de voto. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para refutar a atitude tomada  
pelo sr. presidente, dado que, em sua opinião existiu falta de democracia na



nomeação dos membros, uma vez que não foi usado, na referida Assembleia de Voto o critério utilizado há vários anos (2 do PSD, 2 do PS e 1 da CDU), apesar de não serem eleições partidárias, tendo o presidente usado da palavra para mencionar que respeita a opinião demonstrada, contudo, considera que não houve falta de democracia, e que o critério “foi manter” os presidentes da mesa, da anterior eleição, corroborando igualmente que “não são eleições partidárias”. O vereador continuou a sua intervenção para referir que se o critério/regra utilizado fosse igual em anteriores eleições, o sr. presidente “contentava toda a gente, calava toda a gente, mas assim não me cala, porque o senhor está com esse sorriso um pouco cínico, desculpe lá que lhe diga”, e como tal considera que não existe uma justificação, “mas sim uma atitude pouco democrática”. De seguida questionou ainda o ponto de situação do imóvel do Edifício da Estalagem. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que na semana anterior existiram conversações/reuniões com empresários “com experiência no ramo e que se mostraram interessados”, estando no momento, a decorrer negociações. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra novamente para questionar igualmente o ponto de situação da Associação Alcance, uma vez que o assunto já foi referido, em reuniões anteriores, “e o presidente não estava dentro da matéria”, bem como questionar a razão do encerramento da Associação Atas. Findou referindo que é da opinião que as Associações em questão são de extrema importância para o concelho e de apoio aos empresários, nomeadamente através de obtenção de fundos comunitários, e como tal gostava de obter os devidos esclarecimentos. -----

----- O presidente da Câmara interveio para adiantar, conforme dito em reunião anterior, que a Associação Alcance encontra-se “praticamente inativa”, e que a Edilidade encontra-se no momento a tentar solucionar o problema. Quanto à Associação Atas mencionou que em 2013, aquando da assinatura da Ata de fronteira, “foi manifestado interesse” em prolongar a dinamização das relações transfronteiriças, no sentido de captar investimentos que se coadunassem com as necessidades dos territórios, no entanto, houve uma abordagem “na altura” por parte de um responsável da Associação que informou

R

que a mesma encontrava-se “em vias de extinção”, porém, houve um prolongamento devido a esse interesse. Ainda deu nota que a Edilidade de Alcoutim “tentou ainda” que a Associação Atas fosse integrada num Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT), todavia, não foi possível. Findou explicando que é pretensão do município, em existir essa integração, no AECT da Faixa Piritosa Ibérica, com o objetivo de captar investimentos, e que já existiu esse convite por parte de um conjunto de municípios (portugueses/espanhóis). -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o que passa para “a praça pública” é que as referidas Associações encerraram, devido, à falta de apoio por parte da Câmara Municipal, tendo o presidente usado da palavra para relembrar que a Associação Atas esteve para encerrar no ano de 2013. O vereador continuou a sua intervenção referindo que as referidas Associações encerraram em 2015, e o “sr. presidente desculpa-se com 2013”, questionando ainda se o presidente considera que as referidas Associações não foram apoiadas pelo anterior executivo, bem como mencionar que deveria haver os devidos esclarecimentos, se as referidas Associações encerraram ou não por falta de apoio por parte da Edilidade, “porque se não vamos para a praça pública desmentir”. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para mencionar que a Câmara Municipal “no passado, e agora, faz um esforço tremendo” para apoiar as Associações, e como tal é da opinião que deverá existir uma gestão na otimização de recursos, dado que considera, que existe uma sobreposição de entidades, com o mesmo objetivo. -----

----- O presidente da Câmara interveio para frisar “que a aquilo que está em cima da mesa são tentativas de procurar viabilizar as Associações, apoiando-as”, porém, deverá existir por parte das mesmas, a criação de um objetivo, para que os valores subsidiados sejam rentabilizados, e como tal neste momento, o executivo permanente “encontra-se a tentar criar esse propósito, para a partir daí apoiar as Associações na sua sustentabilidade”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que é da opinião que existe um desentendimento entre o sr. presidente e vereador José Galrito, uma vez que têm opiniões diferenciadas, no que concerne às

Associações. Continuou referindo que apesar de respeitar as opções políticas, não concorda com as mesmas, por considerar que deverá existir um critério igual para todas as Associações, e que é da opinião, no seguimento do proferido anteriormente, que as referidas entidades encerram por falta de apoios, “como o sr vereador José Galrito acabou de referir, “que não apoiavam associações que desempenhavam o mesmo papel”. Finalizou a sua intervenção relembrando que existem igualmente, no concelho, várias associações culturais e/ou desportivas que desempenham o mesmo papel, no entanto, “não quer dizer que as mesmas encerrem, apenas efetuou uma comparação”, e nesse sentido questiona o sr, presidente se não acha importante a atividade desenvolvida das Associações no concelho. -----

----- O vereador José Galrito interveio novamente para questionar qual o papel/atividade da Associação Alcance, nos anos 2012/2013, bem como da Associação Atas, nos últimos cinco anos. Deu nota de seguida que a primeira entidade mencionada apenas “geriu a dívida”, e que não afirmou que “são opções políticas, mas sim que a Câmara Municipal com certeza que terá que fazer opções”. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que considera importante o trabalho das Associações, dando nota de seguida, que foi efetuada uma atribuição financeira, no ano transato, à Associação Atas, tendo o vereador José Pereira adiantado que “isso não está em causa, dado que sempre foram facultados apoios”. O presidente continuou a sua intervenção referindo que é importante “que as Associações funcionem e cumpram bem os seus objetivos”, e que lamenta a “situação precária que encontrou”, no início do seu mandato, das Associações Alcance e Atas, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para referir que “o sr. presidente desculpa-se sempre com o passado”. O vereador continuou a sua intervenção solicitando explicações sobre o documento facultado, no que concerne às adjudicações superiores a € 5.000,00 (projeto das água residuais dos montes do rio (€ 7.500,00) e projeto de pavilhão industrial (€ 7.900,00). -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para esclarecer que o primeiro projeto prende-se com a ETAR dos Montes do Rio, e o segundo com a construção de armazém na zona industrial, tendo o vereador José Pereira usado da palavra

R

novamente para questionar qual o empreiteiro e projetista das obras em questão, uma vez que não constam na informação. O vereador Paulo Paulino continuou a sua intervenção referindo que facultará essa informação no final da reunião, e “que poderemos fazer referência a essa questão, na informação”. Deu conhecimento de seguida das candidaturas que estão programadas, para entregar na AMAL-Comunidade Intermunicipal do Algarve, no que concerne à construção de armazéns/melaria, na zona industrial. Endereçou ainda uma palavra de apreço e agradecimento aos funcionários que colaboraram na organização do jantar de Natal, e ao Centro de Apoio aos Trabalhadores (CAT), bem como referência ao evento da Passagem do Ano. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar quando é que a tenda irá ser desmontada, uma vez que congestiona o trânsito, tendo o vereador Paulo Paulino usado da palavra para esclarecer que os motivos da não desmontagem prendem-se com as intempéries dos últimos dias. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para informar que “temos a perspetiva de ter aqui a melhor execução orçamental de sempre, e também deixar a informação que aquele rácio das despesas com o pessoal, que tanto preocupou o executivo foi cumprido, e ainda ficamos com folga”. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º7) respeitante ao dia 12 de janeiro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.081.213,05; -----

----- Operações Orçamentais - € 768.054,67; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 305.746,23 -----

----- **APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:** O Senhor presidente pôs à discussão a: -----

**Ata n.º 21/2015**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 09 de dezembro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade,



aprovar a referida Ata. -----

**Ata n.º 22/2015**, da reunião pública extraordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **ATRIBUIÇÃO DE APOIO ECONÓMICO A FAMÍLIA CARENCIADA – PROC. N.º 9/2015:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 372,00 (trezentos e setenta e dois euros), à sr.ª D. Maria Custódia Madeira Afonso, para fazer face com as despesas de reparação e pintura da sua habitação.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – JEAN LOUIS LAMBERT – PORTELA ALTA/UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:** Foi presente um requerimento de Jean-Louis Lambert, residente na Quinta do Sobral - lote 168, Castro Marim, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédio misto com parte rústica com artigo matricial n.º 2 secção 059 e urbana com artigo matricial n.º 2225, no sítio da Portela Alta, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, em nome de Manuel Cavaco Afonso, em regime de duas partes, cabendo a quota de ½ em nome de Jean-Louis Lambert e ½ em nome de Ilham Khoubiza, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação



da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO** -----

**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar atribuir uma participação financeira, no montante de € 500,00 (quinhentos euros), à Federação Portuguesa de Ciclismo, para fazer face com a realização da 42.ª Edição da Volta ao Algarve em Bicicleta, a decorrer entre 17 e 21 de fevereiro, do presente ano. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **REGULAMENTO DE FUNDO MANEIO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, conforme disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, aprovar o Regulamento de Fundos de Maneio. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICIPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANA PORTUGAL, PARA RECOLHA DE ROUPA E CALÇADOS USADOS – RESCISÃO POR DENÚNCIA DAS PARTES:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar rescindir o Protocolo de Cooperação entre o Município de Alcoutim e a Associação Humana Portugal, para recolha de roupa e calçados usados, por denúncia de uma das partes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----





----- **OBRAS PARTICULARES/PROCESSO N.º 7/2015 – ELÍSIO CORREIA JOÃO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação final do processo de licenciamento-legalização, nos termos da informação técnica. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INDEMINIZAÇÃO À EMPRESA LUAR DO RIO – RESTAURAÇÃO E ANIMAÇÃO, LDA – RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, ratificar o despacho, datado de 30 de dezembro de 2015, em que atribui uma comparticipação financeira no valor de € 500,00 (quinhentos euros) a título de indemnização à Empresa Luar do Rio – Restauração e Animação, Lda. -----

----- O presidente da Câmara interveio para explicar o assunto. -----

----- A vereadora Dr.ª. Dalila usou da palavra para mencionar que o Decreto-lei n.º 234/2007, que aprova o Regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, foi revogado pelo Decreto-lei n.º 48/2011, alterado posteriormente pelo Decreto-lei n.º 141/2012, que estava em vigor quando a ASAE efetuou a inspeção ao estabelecimento mencionado. Acrescentou ainda que o diploma menciona, no n.º 1 do artigo 4.º, que “A instalação de um estabelecimento abrangido pelos n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º está sujeita ao regime de mera comunicação prévia dirigida ao presidente da câmara municipal respetiva e ao diretor-geral das Atividades Económicas (DGAE), obrigatoriamente efetuada pelo titular da exploração ou por quem o represente no «Balcão do empreendedor»”, pelo que os estabelecimento existente ou novos têm que obrigatoriamente efetuar, junto da Câmara Municipal, uma comunicação

prévia. Referiu igualmente que na altura em que a ASAE inspecionou o estabelecimento da D. Ilda Afonso, os proprietários dos restantes estabelecimentos em Alcoutim dirigiram-se à Câmara Municipal para efetuar a referida comunicação prévia, dado que nenhum tinha, não sendo por isso uma responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim de quem os explora. Culminou a intervenção discordando com o parecer jurídico, que menciona ser necessária licença de utilização, o que não corresponde ao definido na legislação, dado que o Município não emite licenças de utilização às suas próprias obras, porque caso isso fosse realidade, os restantes quiosques, nomeadamente da praia fluvial, de Guerreiros do Rio e das Laranjeiras, teriam que apresentar tal licença, mas o documento exigido pela ASAE era a comunicação prévia, que corresponde ao título de abertura do estabelecimento. Solicitou cópia do auto da ASAE, uma vez que o mesmo não consta no processo. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que não entende a celeridade dada a este processo, cujo pagamento foi aprovado pelo sr. presidente e agora veio a ratificação da Câmara, podendo esperar alguns dias e ser presente a reunião, sem ter sido aprovado anteriormente, pelo sr. presidente, até porque, como é um processo que já tem algum tempo, a documentação que o acompanha deveria estar completa, o que não acontece, faltando documentos, tendo sido presente apenas uma carta da D. Ilda Afonso a solicitar o pagamento. Acrescentou que para ser correta, a carta deveria estar em nome da empresa Luar do Rio, que explora o quiosque e não em nome particular, e que deveria vir anexado o auto da ASAE e os documentos mais antigos do processo, sugerindo que o ponto fosse retirado para melhores esclarecimentos, nomeadamente no que concerne ao parecer jurídico, que é incoerente. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para relembrar que o documento em falta é solicitado pelo empresário e não pela Autarquia. De seguida fez uma breve resenha, no que concerne ao interrogatório ocorrido entre os responsáveis da ASAE e o antigo chefe de Divisão, Dr. João Dias, quanto ao incumprimento de algumas cláusulas do caderno de encargos, por parte do titular da exploração. Findou questionando “se todas as pessoas do concelho, possuidores de estabelecimentos tiverem uma inspeção, por parte da ASAE a Câmara Municipal paga pelo seu incumprimento. -----

----- O Chefe de Divisão usou da palavra para esclarecer que segundo informação da jurista, Dr. Isabel Santos estamos perante uma cessão de exploração e não de um contrato de arrendamento, e como tal a Câmara deverá ser responsabilizada pelo referido título, tendo dado de seguida o exemplo do “seguro automóvel, em que o veículo pertence a A e é conduzido por B”. Finalizou referindo que existem documentos, que constam no processo em que referem que a empresária se dirigiu à Edilidade anteriormente, à inspeção para solicitar o documento, e lhe foi negado. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para discordar do exemplo dado, solicitando ao sr. presidente, a colaboração do Chefe de Divisão, Eng.º Henrique Hou para prestar esclarecimentos. -----

----- O vereador José Pereira interveio par discordar igualmente do exemplo dado, tendo questionado de seguida se “ não acham estranho que tenham existido reuniões com os vários intervenientes (Câmara, Luar do Rio e ASAE), onde a ASAE tem conhecimento de quem é o proprietário e o titular da exploração, e dois anos depois, a ASAE envia multa para o Luar do Rio”. Findou propondo também a colaboração, do Chefe de Divisão Eng.º Henrique Hou para prestar esclarecimentos, de modo a que possamos analisar o assunto com mais pormenor.-----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para alertar que o titular da exploração dirigiu-se à Câmara Municipal, e foi-lhe negado o pedido, dado que a referida entidade não se podia licenciar a si própria. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para relembrar que a Câmara Municipal não necessita de ter licença de utilização para estabelecimentos seus, bem como informar que no dia anterior, teve a confirmação, junto do Chefe de Divisão, que a empresária não tinha que solicitar qualquer papel. -----

----- O presidente da Câmara suspendeu a discussão do ponto, até à chegada do Eng.º Henrique Hou, continuando a análise dos pontos constantes da ordem de trabalhos. -----

----- **FUNDOS MANEIO PARA 2016 - CONSTITUIÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os

11 

R

efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento dos Fundos de Maneio, aprovar a constituição de oito fundos de maneio pelos montantes e detentores a seguir discriminados: Arnaldo Lourenço Mestre - (€ 740,00); Casimiro Conceição Lopes - (€ 800,00); Henrique Shiu Fang Hou - (€ 500,00); Fernando Inácio Guerreiro Cavaco - € 500,00); José Gonçalves Fatal - (€ 1.000,00); José Epifânio Martins da Graça - (€ 550,00); José Manuel da Palma Pereira - (€ 740,00); Manuel da Palma Teixeira - (€ 500,00). -----

Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **INDEMINIZAÇÃO À EMPRESA LUAR DO RIO – RESTAURAÇÃO E ANIMAÇÃO, LDA – RATIFICAÇÃO:** A discussão do ponto foi retomada, com a presença do Chefe de Divisão, Eng.º Henrique Hou, tendo a vereadora Drª. Dalila Barros usado da palavra para questionar ao mesmo, após uma breve explicação do assunto, “sendo o quiosque pertença da Câmara Municipal de Alcoutim se é necessário licença de utilização. -----

----- O Chefe de Divisão, Eng.º Henrique Hou interveio para prestar os devidos esclarecimentos, referindo que sendo o mesmo pertença do município estava dispensado, visto que a Câmara Municipal não se licencia a si própria. --

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio novamente para alertar que o documento em falta não é a licença de utilização, mas sim o título de abertura, e que compete ao empresário dirigir-se à Secção de Obras, para proceder em conformidade. -----

----- O presidente suspendeu a reunião por 10 (dez) minutos, de acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Câmara, para que seja entregue toda a documentação relativa ao assunto à análise, para que os mesmos sejam analisados pelos vereadores. -----

----- O presidente retomou a reunião de Câmara. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para mencionar que após consulta dos documentos depreende que “existe uma confusão”, por parte da empresária e jurista da Câmara, no que concerne à licença de utilização, bem

como mencionar que o Dr. João Dias não tinha que ter conhecimento que os empresários têm obrigação de solicitar esse pedido (conforme DL n.º 234/2007), na Secção de Obras e enviar para a DGAE, e como tal considera que a Câmara Municipal não tem que ser responsabilizada por essa falha/erro, dado que os empresários é que tem que ter conhecimento da própria legislação. -----

----- O vereador José Pereira interveio para alertar igualmente para o facto de ter existido uma vistoria por parte da HISA – Higiene e Segurança Alimentar, Lda, onde a referida entidade no seu relatório, datado de 25 de agosto de 2011, aponta os erros/falhas, nomeadamente para a omissão do título de abertura. ----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que como o assunto em questão “levanta um conjunto” de dúvidas que necessitam de esclarecimento aceita a proposta de retirar o ponto, da ordem de trabalhos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que o sr. presidente “deixou-o confundido” com a retirada do ponto, uma vez que o Chefe de Divisão, Dr. José Pires referiu à pouco, que não podia retirar o ponto, dado que era uma ratificação, e como tal questiona “qual a justificação, uma vez que poderemos estar perante uma ilegalidade”, tendo o presidente usado da palavra para informar que “não estamos perante uma ilegalidade, e que o vereador não deverá ser jurista/juiz”. O vereador usou da palavra para referir que é aquilo que entender e o sr. presidente não pode tirar as palavras da minha boca”. Deu nota de seguida que existe uma contradição entre o presidente e Chefe de Divisão, e como tal considera que o “presidente” deverá ser humilde ao ponto de reconhecer os seus próprios erros. -----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que o sr, vereador “interrompeu-o” várias vezes nas suas intervenções. Mencionou ainda que irá retirar o ponto da ordem de trabalhos, para o mesmo, seguir as diligências normais que decorrem da lei perante situações desta natureza. -----

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que o assunto “não está encerrado”, uma vez que ainda não obteve resposta à questão apontada anteriormente, tendo o presidente usado da palavra para mencionar que o sr. vereador “encontra-se demasiado exaltado, sugerindo de seguida ao mesmo “que o sr. tem que tomar comprimidos”, antes da reunião de Câmara”. O vereador continuou referindo que o sr. presidente deverá ter cuidado com as palavras

R

usadas, e que o deve respeitar, pois foi muito mal educado”, pois apenas solicitou esclarecimentos.-----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para referir que por vezes existe igualmente falta de educação, por parte do sr. vereador, no entanto, apresenta desculpas, dado que não teve intenção de ofender ninguém. -----

----- O vereador José Pereira para frisar que o “sr. presidente foge às questões apresentadas, quando não tem conhecimento de causa”, e nesse sentido não pode proibir a liberdade de expressão dos restantes membros, dado que também foram eleitos. Findou referindo que se sente ofendido, perante a situação, e como tal abandonará a reunião, devido à intransigência do sr. presidente”. -----

----- O vereador José Galrito interveio para referir que deve imperar o bom senso, apesar de existir diferentes interpretações. -----

----- O presidente da Câmara interveio para proferir: “ que esta troca de palavras com o sr. vereador José Carlos Pereira, não teve qualquer caracter ofensivo da minha parte, e se porventura, nesta troca de palavras mais acesa, que também são normais, face à forma com o sr. vereador levanta a voz, se houve um interpretação ofensiva daquilo que eu disse, eu quero dizer que não tive qualquer intenção de o ofender, e acho que não o ofendi e pedi desculpas”. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usou da palavra para mencionar que aceita a retirada do ponto, no entanto, considera que o assunto encontra-se bem esclarecido. Solicitou de seguida a apresentação de justificação, no que concerne ao referido pelo Chefe de Divisão, relativamente à “não retirada do ponto”. ----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires interveio para prestar os devidos esclarecimento, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CORPO NACIONAL DE ESCUTAS/AGRUPAMENTO N.º 1107 DE ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar atribuir uma comparticipação financeira, no montante de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos

14





euros) ao Agrupamento n.º 1107 de Alcouthim (Grupo Nacional de Escutas), para apoio à execução do Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DE MUNICIPES DO CONCELHO**

**PORTADORES DE DEFICIÊNCIA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo em epígrafe, com o encargo financeiro, no montante de € 7.200,00 (sete mil e duzentos euros), à Santa Casa da Misericórdia, a pagar em duas tranches, sendo a primeira após a assinatura do acordo e a segunda no início do 2.º semestre de 2016. -----

-----A vereadora Dr.ª. Dalila Barros interveio para questionar quais são os colaboradores abrangidos pelo programa em epígrafe, tendo o presidente da Câmara usado da palavra para informar que são os srs. José Domingos (Piscina Municipal) e Paulo Pereira (Museu de Santa Justa). A vereadora interveio para referir que o sr. presidente deve averiguar a situação do primeiro colaborador, visto que tem conhecimento, que o mesmo não se encontra a prestar serviço na Piscina Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E O GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM:**

Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar o protocolo em epígrafe, com uma comparticipação financeira no valor de € 17.000,00

(dezassete mil euros), ao Grupo Desportivo de Alcouthim, para apoio à execução do Plano de Atividades, no que concerne às atividades de canoagem. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VRSA EO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – ESTÁGIO/FORMAÇÃO EM CONTEXTO DE TRABALHO NA ÁREA DE APOIO À GESTÃO DESPORTIVA:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo entre o Agrupamento de Escolas de Vila Real de Santo António e o Município de Alcouthim. -----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – FÁBIO PEDRO DA ENCARNÇÃO – PORTELA/UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade: -----

Prédio rústico com artigo matricial n.º 8 e secção A085, no sítio da Cosinha, em nome de Dilar Martins e Isabel Maria Martins Mateus; -----

Prédio rústico com artigo matricial n.º 82 e secção 076, no sítio da Portela, em nome de Dilar Martins e Isabel Maria Martins Mateus; -----

Prédio rústico com artigo matricial n.º 83 e secção 076, no sítio do Lugar da Portela, em nome de Isabel Maria Martins Mateus; -----

Prédio rústico com artigo matricial n.º 85 e secção 076, no sítio do Lugar da Portela, em nome de Isabel Maria Martins Mateus; -----



R

Prédio rústico com artigo matricial n.º 94 e secção 076, no sítio do Lugar da Portela, em nome de Isabel Maria Martins Mateus; -----

Em regime de duas partes, cabendo a quota de ½ em nome de Pedro Miguel Pereira da Silva e Ferreira de Mira e ½ em nome de Joana da Fonseca Teixeira, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – FÁBIO PEDRO DA ENCARNÇÃO – PORTELA/UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade: -----

Prédio rústico com artigo matricial n.º 26 e secção A076, no sítio dos Compeiros, em nome de Arnaldo Pereira Vaz; -----

Prédio rústico com artigo matricial n.º 84 e secção A076, no sítio da Portela, em nome de Arnaldo Pereira Vaz; -----

Em regime de duas partes, cabendo a quota de ½ em nome de Pedro Miguel Pereira da Silva e Ferreira de Mira e ½ em nome de Joana da Fonseca Teixeira, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão. -----

----- **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – ZEFERINO SIMÃO PEREIRA – PORTELA/UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO:** Foi presente uma proposta do sr. Vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do

17 

disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade: -----

Prédio rústico com artigo matricial n.º 92 e secção 076, no sítio da Portela, em nome de Zeferino simão Pereira; -----

Em regime de duas partes, cabendo a quota de ½ em nome de Pedro Miguel Pereira da Silva e Ferreira de Mira e ½ em nome de Joana da Fonseca Teixeira, que se destina segundo informação do requerente, para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 13 de janeiro de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e cinquenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar.

O Presidente

O Secretário